



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA

ATA DA 25ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DISTRITAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PLANDHIS

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezessete do mês de junho do ano de dois mil e vinte, por meio de videoconferência, conforme disposto no Decreto nº 40.546 de 20 de março do ano de dois mil e vinte, foi aberta a Vigésima Quinta Reunião da Câmara Técnica do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS, pela Senhora Eneida Aviani Ferreira da Diretoria de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - DIHAB/SEDUH. A lista de presença encontra-se anexa ao final desta Ata. A pauta segue transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1 Abertura dos trabalhos; 1.2 Aprovação das Atas da 23ª e 24ª Reunião ocorridas nos dias 06.05.20 e 13.05.20, respectivamente; 1.3 Encaminhamentos da Etapa "Acompanhamento Social e Monitoramento da Política de HIS"; 1.4 Apresentação da Proposta da Estrutura da Oficina para o Plano Emergencial do Coronavírus. 2. Assuntos gerais. 3. Encerramento. Passou ao Item e Subitem 1. Ordem do Dia: 1.1. Abertura dos trabalhos: A **Eneida Aviani Ferreira** deu por aberta a sessão, cumprimentando a todos. O Senhor **Vicente Correia Lima Neto** Subsecretário da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano - SUPLAN, informou que não poderia permanecer na reunião, por motivos de agenda. Em relação a proposta a ser apresentada referentes as oficinas, afirmou que a Secretaria está de acordo com o exposto, uma vez que esta construirá um programa de ação que será recomendado ao Estado, no âmbito da própria Secretaria, e que mantém a responsabilidade de formulação da política habitacional, abrangendo o maior público possível e sendo apresentada como uma referência de atuação através de ações específicas de contingência para eventuais conflitos ou situações de risco futuras. Complementou que estão realizando os procedimentos necessários para construção de uma agenda de ações efetivas para o enfrentamento da população que reside em áreas que apresentam carência de infraestrutura. Dando continuidade à pauta, a Senhora **Eneida Aviani Ferreira** seguiu ao Subitem 1.2 Aprovação das Atas da 23ª e 24ª Reunião ocorridas nos dias 06.05.20 e 13.05.20, respectivamente: Não havendo manifestações, as respectivas atas foram consideradas aprovadas por unanimidade. Prosseguiu ao Subitem 1.3 Encaminhamentos da Etapa "Acompanhamento Social e Monitoramento da Política de Habitação de Interesse Social (HIS): Deu início a apresentação dos encaminhamentos da etapa de acompanhamento social e monitoramento da Política de HIS, feitos na reunião anterior, sendo eles: ampliar a participação social no planejamento e na elaboração dos modelos de acompanhamento social; propor a discussão de mecanismos de controle social no âmbito da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), com vistas a ampliar a participação popular; Sugerir a revisão da infraestrutura institucional do Governo para o alcance máximo do atendimento dos programas habitacionais específicos; Revisar os termos de indivíduos, famílias, entidades e movimentos beneficiários utilizados no escopo do PLANDHIS, a fim de se obter uma padronização e uma adequação na implementação da política habitacional; Tratar a integração das políticas setoriais na temática de arranjos institucionais a serem abordadas no processo de revisão do PLANDHIS. Informou que, em seguida, será a etapa da qualidade do provimento habitacional, com os arranjos institucionais definidos; sugerir o observatório de programas sociais para o GDF no tema de arranjos institucionais; incluir a coleta e o gerenciamento de dados

relativos aos programas habitacionais ou demais programas que se cruzem com a política habitacional no painel de monitoramento. Explicou que, através das discussões, foi feita a proposição de critério para este atendimento dentro da Política de HIS, sendo ele a utilização do CADÚnico como instrumento de identificação, localização e priorização das famílias mais vulneráveis, filtrando os dados para identificar os perfis específicos e extraíndo informações que auxiliem no atendimento da Política de HIS. Em relação ao índice sintético de vulnerabilidade, explicitou que através do CADÚnico é possível gerar relatórios objetivos, em um prazo de caráter emergencial, no sentido de complementar informações para o atendimento de programas específicos, uma vez que estes apresentam os fatores de vulnerabilidade. O Senhor **Felipe Areda Ferreira de Brito**, Secretária de Desenvolvimento Social - SEDES, inteirou quanto a discussão feita no Grupo de Trabalho formado em conjunto com a SEDUH e Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB-DF, sobre a necessidade de detalhamento do conceito de vulnerável ou de vulnerabilidade. Complementou que, de acordo com o Decreto que regulamenta a Lei do Distrito Federal Sem Miséria, de 2011, indica que a política de habitação utilizaria o Cadastro Único como um instrumento de identificação das famílias mais vulneráveis, através de análise comparativa dos dados que compõem o Cadastro Único e os dados de vulnerabilidade em cadastros próprios. Através de discussões, acrescentou que foi constatado que o Cadastro Único pode ser um instrumento importante para identificação das condições de moradia das famílias, com a proposta de criação de um índice sintético de vulnerabilidade, com parâmetros para priorização de habitação às famílias em estado de extrema vulnerabilidade. A Senhora **Eneida Aviani Ferreira** solicitou que o representante da SEDES abordasse a questão da busca ativa e da inserção do CADÚnico. O Senhor **Felipe Areda Ferreira de Brito** destacou o esforço que tem sido feito para ampliar o alcance de cadastros pelo máximo de famílias possíveis, e a intenção é que seja feita uma extração do Cadastro daquelas famílias que estão nas piores condições de habitação, fazendo uma busca ativa para fortalecer a sua inserção na política de habitação. Afirmou que o Cadastro é uma das bases mais auditadas do Governo Brasileiro, o que garante a sua confiabilidade. Após os esclarecimentos, a Senhora **Eneida Aviani Ferreira** deu continuidade à apresentação dos encaminhamentos: Ressaltar a articulação entre os órgãos de assistência social e execução da política habitacional, tendo como diretriz o acompanhamento e promoção à parceria institucional; Inclusão na dimensão de análise do acompanhamento social dos beneficiários a questão da educação sexual; Incluir a dimensão que trata do trabalho e da renda na discussão da temática de arranjos institucionais, com o objetivo que aconteça na etapa dos arranjos institucionais. Solicitar informações pelo Sistema Eletrônico de Informações -SEI, em conjunto com os órgãos do GDF, a fim de integrar e otimizar as políticas públicas setoriais afetas à Política de Habitação de Interesse Social, considerando o conceito mais amplo da moradia, como o serviço oferecido pelo Estado; Incluir o pós ocupação na etapa de qualidade do provimento habitacional; Levantar a proposta de discussão dos cruzamentos dos macroplanos setoriais para o âmbito da revisão do PDOT e cuidar para que as estratégias do PLANDHIS estejam alinhadas às proposições desses macroplanos. Implantar o site do PLANDHIS e sistema de monitoramento proposto na sua revisão como forma de dar mais transparência às informações relacionadas à Habitação de Interesse Social - HIS. Informou que o *site* eletrônico será lançado em breve, o que irá aumentar a transparência da comunicação durante a elaboração do plano, e posteriormente será um sistema de monitoramento, dando transparência aos processos e aos dados; revisar o papel da sociedade civil na temática de avaliação do plano e da sua representatividade no Conselho de Habitação, com vistas a ampliar a participação. Afirmou que estão sendo estudados mecanismos para aumentar a participação social nos debates; indicar o encaminhamento periódico dos relatórios da análise para o Conselho de Habitação, dentro dos instrumentos propostos no monitoramento da Política de HIS; Levantar a discussão sobre a inclusão do serviço de acesso à internet nas comunidades carentes e nas áreas em processo de regularização fundiária para o âmbito da revisão do PDOT e para o plano de contingência do PLANDHIS. Para essa questão, apresentou a sugestão de encaminhar o tema para o âmbito do PDOT, que tem um eixo exclusivo para a questão de comunicação e de participação social, e também levar o assunto para o plano de contingência do PLANDHIS; Elevar a necessidade de diagnóstico dos

programas habitacionais urgentes nesta data, inclusive os critérios, o fluxo e o quantitativo no entendimento da Política de HIS para o âmbito da revisão do PDOT, para ser tratado de forma interinstitucional. Comunicou que o pleito está acontecendo na revisão do PDOT, por se tratar de uma dimensão maior do que o escopo do PLANDHIS; articular propostas entre o Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos - MDH, a SEDUH, a CODHAB e a SEDES para modelar o atendimento habitacional voltados para a população em situação de rua. Cientificou aos participantes que o exposto está em andamento, exemplificando com o projeto apresentado pela CODHAB, com a disponibilização de imóveis para o projeto piloto da Pop Rua; indicar o conteúdo mínimo do PTS como modelo de acompanhamento social coletivo, com base na Portaria 464/2018, condicionado a possíveis alterações que porventura sejam necessárias; incluir na próxima revisão do PLANDHIS, a análise territorial da região metropolitana com indicação de estudos específicos. Com relação as modificações, tratando-se dos instrumentos de monitoramento da política, pontuou os relatórios de acompanhamento, sendo este um instrumento administrativo, com a inclusão dos relatórios periódicos de acompanhamento social consolidados pelo órgão executor das Política de HIS e demais órgãos envolvidos, e o acréscimo para que as informações envolvam também o diagnóstico dos programas habitacionais implementados com os critérios ou fluxos e o quantitativo no atendimento da Política de HIS. Nos instrumentos públicos, a inclusão no painel de monitoramento de dados, e que a publicação dos dados produzidos pelos órgãos envolvidos devem ocorrer de forma integrada e descentralizada para acesso de qualquer órgão ou cidadão. Nas diretrizes, especificamente na Diretriz 8, informou o acréscimo: estabelecer a periodicidade da entrega e o conteúdo dos relatórios de acompanhamento da implantação a Política Habitacional de Interesse Social, entre os órgãos envolvidos, a fim de promover um monitoramento contínuo e dinâmico. Na Diretriz 14: promover a descentralização do monitoramento da Política de HIS para obtenção de um diagnóstico mais preciso da realidade territorial, fomentando uma diversidade maior de atores. Seguindo para as proposições complementares advindas do Grupo de Trabalho: Integrar Unidades de Planejamento Territorial - UPTs às unidades de atendimento da assistência social, o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social -CREAS; Utilizar do aplicativo da CODHAB para a pesquisa de dados na política habitacional; Utilizar as informações específicas do CADÚnico que indicam precariedade com habitação para montar as estratégias nos programas de assistência técnica; Absorver os dados produzidos pelas unidades de atendimento de assistência social para tratar do acompanhamento social e o monitoramento da Política de HIS. Desenvolver uma modelagem para o atendimento habitacional para as pessoas removidas de áreas de risco. Com o intuito de atender à grande demanda de população que vem de remoções, expôs que foi proposto uma modelagem para o atendimento específico da remoção; Fazer um cruzamento entre as informações pessoais exigidas no cadastro da CODHAB e os dados coletados pelo CADÚnico; E consensuado pelo GT a indicação de: alterar a estratificação de renda proposta no PLANDHIS, acrescentando uma parte do atendimento para a política habitacional, inserindo o HIS 0, destinado à famílias em situação de pobreza e famílias em situação de extrema pobreza, com respectiva renda familiar mensal *per capita* definida na Lei 10.836/2004. Noticiando também as mudanças na definição HIS 1, que agora destinam-se à famílias com renda familiar mensal de até três salários mínimos ou renda *per capita* de até meio salário mínimo, sendo o limite da renda familiar de até R\$ 3.135,00, e até 522,00 de renda *per capita*. No HIS 2, destina-se a famílias com renda de até cinco salários mínimos ou renda *per capita* de até 20%, com o limite de renda familiar de até R\$ 5.225,00, e renda *per capita* de até R\$ 1.045,00. Para a Habitação de Mercado Popular -HMP, baseado na legislação vigente do Distrito Federal, destinado a famílias com renda familiar acima de cinco salários e até doze salários mínimos, que tem a intenção de viabilizar as Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, como uma contrapartida para o Estado e com a doação de imóveis próprios para a CODHAB. Informou também sobre a inserção da questão das Regiões Administrativas - RAs, utilizando-as na descentralização do monitoramento para priorizar as microescalas. E, por fim, apresentou o encaminhamento de revisar e priorizar a Política Habitacional, de acordo com a legislação federal, preferencialmente. Franqueou a palavra aos participantes para dar início à discussão. O Senhor **Benny Schvarsberg**, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

Universidade de Brasília - FAU/UNB, sugeriu que o monitoramento e o acompanhamento social da Política Habitacional do PLANDHIS explicitem a vinculação em quatro dimensões, a primeira seria o seu vínculo com metas pré-definidas, o segundo, questionou como o monitoramento e o acompanhamento se vinculam aos indicadores de desempenho do plano. O terceiro ponto, como se dá a sua vinculação a um cronograma de execução do PLANDHIS, se houver. E, por último, como o monitoramento e acompanhamento se vinculam às prioridades estratégicas do PLANDHIS. Em relação ao CADÚnico, questionou qual seria a periodicidade de atualização do Cadastro, e quem seria o responsável por esta atualização. Destacou na apresentação a relevância da relação orgânica entre a CODHAB e a SEDES, elogiando a presença consistente do Senhor Felipe Areda e equipe da SEDES. Sugeriu ao Item 21, que trata da articulação à outras esferas do Governo Federal, que seja feito o mesmo esforço de articulação com o Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, para dialogar com programas implementados na área de habitação e saneamento. Finalizando a sua intervenção, convidou a todos para participarem, na sexta-feira seguinte, às 9h da manhã, de uma defesa de dissertação de Mestrado, na Faculdade de Arquitetura da UnB, com o tema de Análise dos Indicadores de Déficit Habitacional e Inadequação de Domicílios, que será feita pela Senhora Raiana Bandeira Santana. A Senhora **Ludmila Correia**, Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Distrito Federal - IAB-DF, parabenizou pelo trabalho apresentado. Pontuou em relação a divisão das faixas de HIS e habitação popular, questionou quanto à possibilidade de definir uma proporcionalidade na disponibilização de recursos, para que haja de fato uma priorização para as faixas HIS 0 a 2. Declarou que deveria ficar esclarecido, através de um cronograma, os termos aplicados sobre o monitoramento da execução por parte do Estado, no que tange o atendimento da demanda habitacional, com a exigência de um prazo máximo para que seja feita uma reavaliação da situação das famílias, após a entrega da habitação. O Senhor **Rubens Amaral**, DIHAB/SEDUH, congratulou a equipe pela apresentação realizada. Elogiou a aproximação do CADÚnico com a adoção das referências de precariedade habitacionais no monitoramento, aventou a possibilidade de que as variáveis do CADÚnico possam ser relacionadas a um possível reajuste de dados futuros. Destacou a existência de um mapeamento com mais de 31.000 lotes vazios no Distrito Federal, e que através de instrumentos poderiam ser direcionados para a política habitacional, com alternativas que dispensem a aquisição. Em resposta, a Senhora **Eneida Aviani Ferreira** explicitou a diferença entre os conceitos de acompanhamento social e monitoramento da Política de HIS, e assegurou que o intuito da política é garantir o sucesso do provimento habitacional, e que a mudança seja permanente na vida das famílias ou indivíduos atendidos. Reiterou que estão sendo elaboradas diretrizes gerais para compor a regulamentação, e posteriormente a construção dos indicadores, garantindo que o acompanhamento social e o monitoramento da Política de Habitação de Interesse Social serão regulamentados. Corroborou com a indicação de que sejam estabelecidos prazos para o monitoramento no PLANDHIS. Em relação ao estabelecimento de metas no monitoramento, afirmou que os indicadores podem compor a regulamentação, entretanto, esclareceu que a meta principal do monitoramento apresentada é servir de base para a revisão, tanto para o plano, quanto para a revisão da implementação dos programas habitacionais. No tocante a definição de cronogramas de execução de cada etapa, informou que podem ser estabelecidos prazos que delimitem a regulamentação. Quanto às prioridades estratégicas do PLANDHIS, afirmou que é direcionada à população mais vulnerável, que estão em Áreas de Regularização de Interesse Social - ARIS e Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, sendo definido para o público alvo, e não por localidades no território. Relativo ao questionamento da periodicidade no CADÚnico, o Senhor **Felipe Areda Ferreira de Brito** explanou que o Cadastro precisa ser atualizado a cada dois anos, ou em menor tempo se for necessário. Em relação ao questionamento feito pela Senhora Ludmila Correia, via WhatsApp, quanto à possibilidade de fazer extrações regionalizadas das informações, replicou positivamente, podendo ser feito por regiões administrativas. A Senhora **Eneida Aviani Ferreira** apontou as colocações feitas, por escrito, em relação a auto aplicabilidade do PLANDHIS, com a sugestão de projetos pilotos, informando que estão em andamento. Agradeceu ao convite para acompanhamento da defesa de tese de mestrado. Expressou não haver impedimentos quanto a sugestão de parceria com o MDR. O Senhor **Benny Schvarsberg**

reiterou sua colocação sobre a necessidade de definição de metas e um cronograma com prazos pré-definidos. Apontou a importância de construir um plano autoaplicável, ou menos dependente de regulamentações posteriores, que comprometam a eficácia de aplicação do mesmo. Destacando ainda o atraso no processo de revisão do PLANDHIS. A Senhora **Eneida Aviani Ferreira** afirmou que a questão dos prazos seria avaliada para a inserção no PLANDHIS. Em relação a autogestão e a modelagem dos programas, expôs que a intenção é que o plano seja aprovado o quanto antes, seguindo para a regulamentação. A Senhora **Cristiane Benedetto**, Coordenação de Políticas Urbana - COPLU/SEDUH, corroborou quanto as colocações de uma definição de prazos para a regulamentação, o que auxiliaria o encaminhamento da aprovação do PLANDHIS. O Senhor **Rubens Amaral** complementou afirmando que a definição dos prazos é essencial para instrumentalizar determinadas instâncias quanto a cobranças de regulamentações necessárias, reforçando a funcionalidade dos projetos piloto. Não havendo mais inscrições para tratar deste tema, a Senhora **Eneida Aviani Ferreira** deu seguimento à reunião com o Item 4 Apresentação da Proposta da Estrutura da Oficina para o Plano Emergencial do Coronavírus: Cedeu a palavra à Senhora **Marília Melo**, DIHAB/SEDUH, para fazer a apresentação da proposta da estrutura da oficina para o plano de contingência do Coronavírus, com ações voltadas para área de Habitação de Interesse Social, para que haja um retorno positivo quanto as questões afetas à ocorrência de desastres, e de forma mais urgente, quanto ao atual cenário pandêmico. Comunicou que o produto final da oficina será encaminhado para o Gabinete da SEDUH, como contribuição para as medidas emergenciais de combate à pandemia adotadas, e subsidiará o plano de contingência com foco no HIS do PLANDHIS. Em resumo, afirmou que a justificativa para a realização da oficina deu-se em razão de questionamentos feitos pela Câmara Técnica de Revisão do PLANDHIS, sobre ações na área de Habitação de interesse Social, para garantir condições mínimas nas moradias e atender as medidas de contenção do vírus preconizadas pela Organização Mundial da Saúde -OMS. Através de estudo, expôs que foram extraídos temas consideradas de extrema importância para serem abordadas na oficina, como condições mínimas de higiene nas regiões mais afetadas pela doença, a parceria do poder público com a sociedade civil, o trabalho voluntário e a auto-organização das comunidades afetadas, as condições necessárias para que os casos leves da doença possam cumprir a quarentena em casa, a diminuição do comprometimento econômico da população de baixa renda, de 0 a 3 salários mínimos. Destacou a aprovação da Lei 6.603, que proíbe os cortes de fornecimento de energia elétrica, telefonia fixa e móvel, água e esgoto, enquanto durar a situação de calamidade pública. O oferecimento de serviços essenciais em locais de vulnerabilidade social, ofertar condições para que a quantidade de moradores nas residências seja adequada ao isolamento social, alternativas temporárias de moradia para grupos de risco, profissionais de saúde e segurança pública que precisem se isolar das respectivas famílias no contexto da HIS, a articulação entre os diversos órgãos afetos ao tema da Habitação de Interesse Social. Por fim, apresentou duas sugestões que surgiram no Grupo de Trabalho, sendo alternativas seguras de moradia temporária para a população em situação a rua e garantir as condições ideais nos domicílios coletivos, como abrigos, albergues, penitenciárias e asilos. Em relação ao planejamento, informou que estão sendo realizadas reuniões preparatórias, complementou que a oficina está prevista para ser realizada no mês de julho de 2020. O Senhor **Benny Schvarsberg** pontuou quanto à questão da vulnerabilidade, em especial a vulnerabilidade, que denominou social-sanitária, sugerindo que seja produzido um mapa básico de loteamentos com o grau de emergência sanitária. Apresentou o cenário estimado de contaminações e óbitos previstos entre o final de julho e o mês de agosto, no Distrito Federal, que são infladas por questões de precariedade do ponto de vista da oferta de serviços públicos, especialmente água, esgoto, saneamento e pavimentação. Somando a componente precariedade ao componente adensamento excessivo, que são os maiores potencializadores de casos de infecção, sugeriu o acréscimo ao conteúdo da oficina de que haja um ponto focal de articulação das ações de Habitação de Interesse Social vinculadas às ações de saneamento básico, especialmente oferta de água potável e tratamento e esgoto nas áreas mais precárias. Apresentou a possibilidade de que seja oferecida estadia em hotel para famílias de coabitação e grupos de risco, ou ainda a criação de abrigos de campanha, com edificações e instalações que ofereçam suporte, durante um determinado período, à

população que sofre com a coabitação ou o adensamento excessivo. Chamou a atenção para os níveis de desemprego e do crescimento da informalidade no Distrito Federal, com o aumento de trabalhadores que prestam serviços temporários, sem direitos sociais, solicitando que seja feito o acréscimo de medidas que resguardem essa parcela da população. Por fim, de acordo com pesquisas que mostram um grau menor de infecções em ambientes abertos, propôs que fossem implementadas ações urgentes de recuperação de espaços públicos, tais como praças, parques, centros comunitários, equipamentos de cultura e lazer, ao ar livre. A Senhora **Ludmila Correia** apontou a existência de inconsistências nos dados sobre a pandemia que estão sendo publicados, aventando a possibilidade de que através do Plano de Contingência os dados reais possam ser encaminhados. Propôs que haja uma articulação com grupos de pessoas que atuam no território, e uma mobilização para mapear as iniciativas da sociedade civil de combate à pandemia, com a perspectiva de fortalecimento destes apoios existentes no Distrito Federal. Destacou a necessidade de dados mais específicos quanto a questão de avaliação do padrão de insalubridade das moradias. Apresentou a questão de disponibilização de internet para toda a população da cidade, justificando que pode ser um fator que irá impactar na permanência das pessoas em casa. Propôs que fossem criados meios para fomentar ações da sociedade civil de assistência social. Questionou sobre a situação de atendimento de serviços essenciais em diferentes órgãos, como a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB e a Companhia Energética de Brasília - CEB. Com relação a moradia temporária para a população de rua e pessoas em situação de maior vulnerabilidade, aconselhou que sejam avaliadas as alternativas que já estão sendo oferecidas para verificação das condições de salubridade. Por fim, sugeriu que seja considerada a possibilidade de utilizar as escolas como espaços de acolhimento. Tratando da temática da população em situação de rua, o Senhor **Rubens Amaral** expôs a questão de disponibilização do acesso à água potável em espaço público. Apontou também a problemática quanto a impossibilidade da assistência técnica atuar em áreas irregulares que, de modo geral, apresentam situação de risco, propôs que, em razão do atual cenário, seja considerada a opção de utilizar a locação social a longo prazo como oferta habitacional para estes casos. A Senhora **Cristiane Benedetto** sugeriu para a redação da primeira temática apresentada, que trata das condições mínimas de higiene nas regiões, que envolva todos os aspectos possíveis para viabilizar as condições de salubridade. Corroborou com as colocações feitas pelo representante da FAU/UnB, que dizem respeito a disponibilização e readequação de espaços públicos, afirmando ser fundamental para a saúde física e mental da população. Complementou mencionando a importância de manter a segurança nestes espaços e que seja oferecido ainda apoio psicossocial para as famílias. A Senhora **Eneida Aviani Ferreira** concordou com as colocações feitas, ressaltando a importância da questão da saúde mental e de possíveis medidas a serem adotadas. Em relação à segurança, informou quanto à possibilidade de o Secretário de Segurança Pública participar da oficina, para auxiliar neste eixo. A Senhora **Josiana Aguiar**, Diretoria de Estudos em Regularização Fundiária - DIREG/SUPLAN/SEDUH, rememorou que foi tratado em reuniões da coordenação, a instalação de banheiros coletivos provisórios em localidades que apresentam precariedade, até que as condições de moradia evoluam. O Senhor **Elianildo Nascimento**, Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SEJUS, pontuou a questão do número crescente de desempregados na cidade, alertando que o atual cenário de pandemia pode se estender por um longo período, o que afetará a conjuntura econômica por anos, somado ao descumprimento das medidas de isolamento, que em breve agravará ainda mais a situação, aconselhou que o grupo específico de prevenção reflita sobre uma continuidade a médio ou até mesmo longo prazo, das medidas de enfrentamento a serem adotadas. Apontou outro possível agravamento da situação atual, sendo a baixa arrecadação de recursos do Estado e a impossibilidade de execução orçamentária plena, até que haja uma retomada efetiva de todo o processo de normalidade. A Senhora **Eneida Aviani Ferreira** agradeceu a todos pelas manifestações. Seguiu ao Item 2. Assuntos gerais: Divulgou o e-mail da DIHAB, dihab.seduh@gmail.com, para encaminhamento de sugestões, até a data de realização da Oficina, ou para tratar de outros assuntos. Informou que após a realização da Oficina, será retornada a Câmara Técnica para discussão da temática da qualidade do provimento habitacional. Passou ao Item 3. Encerramento: Não havendo mais assuntos a

serem tratados, a Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social, foi encerrada pela Senhora Eneida Aviani, agradecendo a presença de todos.

ENEIDA AVIANI

Diretora da Diretoria de Habitação

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **ENEIDA AVIANI FERREIRA - Matr.0137216-5, Diretor(a) de Habitação**, em 29/10/2020, às 16:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **44802662** código CRC= **112F1900**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF

3214-4101

00390-00002464/2020-48

Doc. SEI/GDF 44802662